

CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História
da Universidade de Lisboa

16

Ἰσθμίου Παναθηναίων ἑορτῆς ἐπισημοῦς
ἡμερῆς ἕνεκα ἡμεῖς ἡμετέρας
ΜΗΝΙΝ Αἰίδε θεὰ Πηληϊάδεω

A PRÁTICA DA GUERRA NO EGÍPTO DO IMPÉRIO NOVO

(1.ª PARTE): A ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

PEDRO DE ABREU MALHEIRO

Universidade de Lisboa

Desde os períodos mais remotos da história do Egípto que deparamos com peças votivas (paletas e maçãs protodinásticas e arcaicas ou «tinitas») enquanto elementos simbólicos do desenvolvimento de actividades guerreiras. No domínio das representações plásticas, também sobressaem descrições iconográficas do faraó vitorioso em combate, principalmente plasmadas nas fachadas de diversos templos egípcios, onde as cenas de batalha representam o tema preponderante dos grandes relevos «históricos» produzidos no Império Novo.

Contudo, essas modalidades figurativas de exibição de belicosidade não reflectem, em regra, uma atitude psicológica colectiva, nem tão quanto uma vocação inequívoca para a prática de guerra⁽¹⁾. De acordo com Sheik 'Ibada al-Nubi, «o militar enquanto tal, as virtudes militares propriamente ditas, não fazem parte da visão oficial que o mundo egípcio transmite de si mesmo. O facto de, na língua egípcia, haver múltiplas maneiras de definir o “inimigo” e a batalha e a refrega, e não existir um termo preciso e específico para a definição da situação jurídica, política, social e económica que é a “guerra” (...) pode ser significativo»⁽²⁾.

Pese embora o paradoxo subjacente ao que ficou exposto, esta peculiar postura egípcia pode ser claramente identificável mediante conceitos e factos extraídos das próprias fontes do país das Duas Terras. Durante largo espaço de tempo, o Egípto demarcou-se das

restantes civilizações da Alta Antiguidade pela sua «insularidade», país cujas fronteiras se achavam (e acham) bem definidas tanto por desertos como por mares, facto que, ao longo de muitos séculos, lhe permitiu viver em estabilidade e segurança, sem incorrer no perigo de se ver invadido constantemente por ameaçadoras hordas de povos estrangeiros (o que no entanto viria a suceder no Segundo Período Intermediário, no período ramsésida e na Época Baixa); tal situação geográfica possibilitou que o Egípcio se definisse progressivamente como uma espécie de «universo orgânico», em geral auto-suficiente. A necessidade de os Egípcios terem de se confrontar com os «outros», no Império Médio e sobretudo no Império Novo, foi pautada por alturas conjunturais de agitação de várias zonas do Próximo Oriente, quando se encontrava seriamente comprometido o valor absoluto desse «universo».

Os «outros», geralmente, correspondiam às franjas situadas em torno do «cosmos» egípcio, ou seja, a periferia povoada por nómadas ou pelos habitantes das regiões limítrofes que facultavam ao Egípcio produtos minerais ou de outro tipo; não se tratava, portanto, de «organismos estatais» mas de grupos étnicos que, para além da normal e pacífica permuta de bens, podiam apenas constituir objecto e sujeito de pilhagens. Estes intermitentes elementos fautores de perturbação, que punham em causa a vivência tranquila da realidade egípcia, tinham de ser refreados. A nível ideológico, o soberano egípcio ocupava lugar cimeiro em todo este processo, uma vez que uma das suas funções basilares radicava na defesa do seu país (como, em idêntica linguagem conceptual, também se observa entre os Assírios, entre os séculos IX e VII a. C.). Consequentemente, as acções armadas contra os estrangeiros «rebeldes», forças desorganizadas, eram quase sempre interpretadas como intervenções a fim de se repor a ordem/*maet*, aniquilando o caos/*isefet* (var. *izefet*).

No entanto, este posicionamento sofreu mudanças face às exigências da própria sociedade egípcia nos vários momentos da sua evolução. Actualmente, é possível não só acompanhar as suas diferentes formas, mas também aferir o peso crescente da máquina militar na história egípcia; através da confluência de dados diversos, logramos traçar uma imagem do significado e da relevância que terá assumido essa personagem raramente estudada no contexto da sociedade egípcia: o soldado ou homem de armas.



No Império Antigo, afora esparsas alusões a vitórias (descritas em inscrições rupestres, nomeadamente no Sinai) e a expedições de extracção e busca de minerais preciosos como a turquesa e a malaquite, descortinamos alguns aspectos adicionais concernentes a actividades castrenses⁽³⁾. Na época das pirâmides, é lógico supor que teria de haver sólidos e eficazes moldes organizativos para o emprego de grandes massas de mão-de-obra nas quase ingentes tarefas edificatórias; essa conjugação de meios humanos terá obrigado a um gradual aperfeiçoamento no planeamento da logística e na utilização da disciplina. Assim, criavam-se as premissas para aquela que viria ser uma das principais características dos exércitos egípcios: o cuidado minucioso com os aspectos logísticos.

Neste período, todavia, o serviço militar significava basicamente uma «corveia» a que a maioria dos Egípcios estava sujeita. Não era ainda uma actividade profissionalizada, mas antes de carácter sazonal⁽⁴⁾; os soldados tinham por missão fundamental a aquisição de produtos preciosos, fosse no próprio país, fosse no exterior. As tropas não exerciam funções tipicamente agressivas: limitavam-se, em regra, a proteger os operários que seguiam nas expedições de fortuitos ataques dos nómadas e, ocasionalmente, colaboravam em operações técnicas⁽⁵⁾.

No entanto, dispomos de documentação (figurada e escrita) que nos atesta a utilização de soldados em funções mais convencionais: nas imagens e inscrições descobertas em túmulos de dois dignitários egípcios, Kaemheset e Inti, da V dinastia (localizados respectivamente em Sakara e em Dechacha), observamos as primeiras ilustrações de assédios a fortalezas inimigas, em que grupos de sapadores atacam os alicerces das muralhas, e tropas tentam tomar de assalto as cidadelas subindo por escadas (algumas, curiosamente dotadas de rodas); patenteiam-se igualmente combates corpo a corpo e pelejas travadas à distância, em que asiáticos são crivados de flechas. Vemos, ainda, prisioneiros maniatados sendo conduzidos por um militar egípcio. Em suma, estas figurações testemunham a existência de actividades bélicas desenvolvidas fora das fronteiras egípcias e a aplicação de técnicas de cerco relativamente elementares.

Todavia, o documento mais esclarecedor desta época é a autobiografia (bastante extensa) de um alto funcionário chamado Uni; percorreu todos os degraus de uma carreira assaz diferenciada a nível

de funções e competências: foi administrador, funcionário, cortesão, armador, técnico de transportes, juiz em processos delicados e, por fim, general; ainda que não possuísse grande experiência militar – segundo certos autores nenhuma – em face do especial valimento de que gozava junto de Pepi I (VI dinastia), veio a ocupar este importante posto marcial⁽⁶⁾.

O relato de Uni, gravado no seu monumento tumular, fornece-nos as linhas de força respeitantes ao militar do Império Antigo. Ressalve-se que, desde logo, topamos com um facto característico do exército egípcio: a par de tropas autóctones, estão também presentes estrangeiros, designadamente núbios e líbios (povos que significaram sempre tradicionais «viveiros» de mercenários); as tropas egípcias eram também chefiadas por pessoal da administração civil e dos templos. Na autobiografia de Uni, a descrição do plano para vencer os habitantes do «Nariz da Gazela» mostra-nos já a utilização de tácticas complexas, comportando um movimento em tenaz executado por tropas que avançam por terra enquanto outras desembarcam em vários pontos-chave. Tudo isto nos dá provas concretas do engendrar de uma tradição da arte da guerra, que só durante o Império Novo iria atingir o seu zénite⁽⁷⁾.

No tocante às fortalezas⁽⁸⁾, temos notícia de várias construídas em solo estrangeiro. A mais antiga que se descobriu situava-se em Elefantina (ilha contígua à primeira catarata), já em território núbio, tendo sido feita a mando de Huni, soberano da III dinastia. Da mesma época, junto à segunda catarata, parece haver vestígios de mais fortificações (em Buhen, por exemplo, se bem que possam ser confundidas com outras posteriores, já do Império Médio). Porém, neste período, é até provável que algumas delas fossem apenas bases fixas destinadas a missões e trocas comerciais na região; foram precisamente os contactos entabulados que geraram, decerto, o costume egípcio de recrutar nessas paragens soldados que depois assentavam praça no Egipto.

Algum tempo decorrido, deu-se o enfraquecimento do poder real da época menfita, o que conduziu à crescente fragmentação do país, convertendo-se os nomarcas em autênticos «reizinhos» com os seus exércitos privados (antes milícias e tropas das *sepaut* dependentes da administração central); o Primeiro Período Intermediário, fase que sobreveio ao Império Antigo, significou, acima de tudo, um momento histórico obscuro ao longo do qual eclodiram vários conflitos intestinos e teve lugar uma espécie de subversão de valores (de que nos dá conta o texto das *Admonições de Ipu-uer se*, de facto, datar deste período e

não do começo do Império Médio ou até da XIII dinastia, como recentemente certos autores têm vindo a sustentar).

Com a queda da autoridade central e a constituição de vários núcleos de poder autónomos, e também com a desordem económica, arrebitou uma violência imediata e pessoal e, a um grau superior, uma «violência a nível estatal». O rei, com poder quase nominal e prestígio diminuto, aparentemente sediado na parte setentrional do Egipto, entre Mênfis e Heracleópolis (e no próprio Delta) viu-se coagido a enfrentar antigos governadores provinciais, acérrimos opositores de toda e qualquer tentativa de centralização sob a égide faraónica. Estes últimos, por seu lado, na mira de acrescidos ganhos a nível territorial, combatiam entre si. É precisamente nesta época atribulada e confusa que nasce um verdadeiro «formulário de exaltação da atrocidade que é própria de príncipes guerreiros, e que passará depois – limitando-se, então, estritamente a eles – para os soberanos de períodos posteriores»⁽⁹⁾.

Nas inscrições tumulares dos nomarcas de Hefat e de Assiut, ou de Ankhtifi de Mo'alla, extravasa todo um dinamismo militarista e irrefreável, em que as capacidades pessoais são realçadas quase até à exaustão⁽¹⁰⁾. Nesses mesmos monumentos funerários, encontraram-se estatuetas que nos mostram o género de tropas que travaram as guerras civis de então e que começaram a tornar popular o ofício e actividade do militar. Vêem-se também representações de fortalezas munidas de ameias e bastiões escarpados; parece registar-se, igualmente, um aperfeiçoamento das técnicas de assalto às muralhas, mais complexas que as anteriores, como, por exemplo, abrigos móveis sob os quais os guerreiros se aproximavam para golpear os muros com pesadas traves (= aríetes). Se é certo que, por um lado, podemos ainda continuar a pensar no serviço militar como uma «corveia», por outro, já se detecta um profissionalismo específico, identificável principalmente entre as forças núbias, que formavam um grupo bastante coeso e organizado.

Por seu turno, na *Instrução para Merikaré*, alegadamente atribuído ao pai deste (um dos vários Kheti que reinaram na IX-X dinastias), capta-se bem a relevância das forças armadas na perspectiva da monarquia:

«Cria os teus jovens e a residência amar-te-á,
Aumenta os teus súbditos com recrutas (...)
Faz progredir os teus oficiais, promove os teus (soldados)»⁽¹¹⁾.

Pelo teor do texto, parece estarmos perante a formação de uma classe de militares a tempo inteiro, recrutados e actuando no âmbito das cidades egípcias.

Na reunificação do Egipto durante a XI dinastia e, mais ainda, no decurso da XII, no seguimento de uma guerra em que, entre os inimigos, existiam alguns egípcios a vencer, adoptou-se a metodologia militar que estivera vigente no século anterior. A nível literário, verifica-se que a linguagem assinalável em textos do Primeiro Período Intermediário, que descrevera a bravura dos príncipes locais e as notáveis capacidades de êxito dos seus combatentes, vem a ser reutilizada em inscrições oficiais do Império Médio, contendo uma série de estereótipos que passam a conferir ao rei a fama e o poder de herói invencível; para tal bastará ler a exaltação grandiloquente que se faz a Senuseret I na famosa *Narrativa de Sinuhe*⁽¹²⁾. Num hino em honra do enérgico Senuseret III, de idêntico modo se afirma hiperbolicamente que o monarca massacrava os «Nove Arcos», sem mesmo ter de brandir a sua maça⁽¹³⁾.

De facto, a realeza do Império Médio teve de ser suficientemente poderosa e autónoma para enfrentar e, progressivamente, eliminar a força e autoridade dos senhores locais. Além disso, procedeu-se a um alargamento metódico das fronteiras do Egipto em direcção ao sul, às regiões produtoras de bens preciosos. Foi igualmente nesta época que se assistiu a uma maior racionalização da magna missão do soberano enquanto protector do país contra os «bárbaros». Desenvolveram-se, nesse sentido, e de uma forma prática, funções de policiamento e vigilância na chamada «Muralha do Príncipe», na fronteira do istmo.

A atitude egípcia para com a Núbia mudou: durante séculos, o Egipto foi-se estendendo para sul e incorporando sucessivamente as localidades adjacentes às fronteiras meridionais, até estabelecer a sua fronteira natural na primeira catarata. Aos poucos, este processo pacífico de assimilação cedeu lugar a um inegável desejo de dilatação territorial: a partir do reinado de Amenemhat I, fundador da XII dinastia, começou a guerrear-se sistematicamente na Núbia; a certa altura, no tempo de Senuseret I, os Egípcios chegaram à segunda catarata (Uadi Halfa), aí fazendo sentir a sua presença quase permanentemente.

Numa passagem da célebre estela de fronteira erguida em Semna, o rei afirma: «Fiz a minha fronteira a Sul da de meu pai e aumentei aquilo que ele me deixou em herança. Sou um soberano que diz e faz». Este excerto traduz de maneira exemplar as novas ambições expansionistas de um Egipto em crescimento. Todavia, neste alarga-

mento territorial facilmente encontramos motivações de cariz económico; com efeito, a casa reinante passaria a ter acrescida liberdade de acção e maior número de recursos face à nobreza local, ao apoderar-se da província núbia e, pouco depois, da fértil região do Faium.

Mas, para empreender tais medidas e actos, era fundamental dispor, logo à partida, de forças militares que, aliás, se identificam facilmente nos textos coevos: no referido hino a Senuseret III, lê-se o seguinte a dado passo: «Como se alegram os *djamu* (*d3mw*) do teu exército! Fizeste-los prosperar. Como se alegram os teus veteranos! Fizeste-los rejuvenescer»⁽¹⁴⁾.

O sistema continua a ser, nas suas linhas gerais, o de contingentes comandados pelos indivíduos responsáveis pelas «corveias», tal como anteriormente sucedia no Império Antigo (sendo a este respeito elucidativa a autobiografia de Uni). Em seguida, um «primeiro filho do rei», na sua qualidade de «escriba do exército» levava a cabo uma operação de recrutamento em Thinis, à razão de 1 para 100; nas inscrições passa a incluir-se amiúde um título de significado algo vago, o de «cidadão»/*ankh en niut* (*ʿnh n niwt*), que, de acordo com Oleg Berlev, equivaleria já ao soldado profissional⁽¹⁵⁾. Os seus «comandantes» chamavam-se *atu* (*3tw/3tw n niwt*). Por esta altura, aparentemente, já havia «batalhões» de tropas especializadas de origem estrangeira, nomeadamente os arqueiros ou *eriu-pedjet* (*iryw-pdt* = «Os do arco») núbios⁽¹⁶⁾. Começam a aparecer, também, abundantes menções a «guerreiros»/*ahuti* (*ʿhwty*) e a «companheiros»/*chemsu* (*šmsw*), que correspondiam a soldados que estavam à disposição imediata do rei, pelo que eram militares a tempo inteiro, extraindo da actividade bélica os seus meios de subsistência.

De entre os oficiais de carreira do Império Médio, destaca-se Khusobek, que desempenhou o cargo de «companheiro do príncipe» e, após uma campanha contra os Núbios, veio a ser nomeado «inspector dos companheiros», um título/patente certamente muito prestigiante. Obviamente, nem todos tiveram a possibilidade de ganhar tal estatuto e as honorarias que lhe estavam associadas⁽¹⁷⁾.

Na fronteira meridional, implantou-se uma rede de fortalezas em Semna, onde se descobriram despachos que nos proporcionam uma visão mais ou menos circunstanciada do dia-a-dia das guarnições, que basicamente se limitavam a controlar as passagens através da raia⁽¹⁸⁾.

Em simultâneo, começou a registar-se um afluxo cada vez maior de asiáticos que se estabelecem no Egípto como grupo orgânico; conhecemo-los bem através da literatura e dos achados arqueoló-

gicos: trata-se dos Hicsos, palavra grega que traduz a expressão egípcia *heqau khasut* (*ḥq3w ḥ3swt* = «príncipes dos países estrangeiros»). Muitos deles exerciam o ofício das armas, quer como mercenários, quer já integrados em unidades regulares egípcias. Quando o poder central revelou sintomas de fraqueza estrutural em finais do Império Médio, esses soldados organizados conseguiram-se impor como senhores no país que os albergara. Principiou então o denominado Segundo Período Intermediário, hiato temporal em que asiáticos passaram a actuar e a intitular-se soberanos; embora dotados de uma cultura própria, cedo começaram a «egipcianizar-se».

A dominação dos Hicsos, pintada com cores bem sombrias em tempos subseqüentes (sendo até rotulados de bárbaros impiedosos), não terá sido assim tão horrenda e opressiva para os Egípcios; na realidade, o seu poder não era extensivo a todo o país: no Sul, via-se limitado pela existência de uma família principesca fixada em Tebas, que governava grande parte do Alto Egipto. Também dispunha de soldados e mercenários núbios. Depois de uma fase em que os dois «potentados» coexistiram sem grandes atritos (tendo, talvez, havido até uniões matrimoniais entre as famílias principescas e reconhecimento de interesses económicos e de direitos de propriedade fora das zonas de estrita soberania), iniciaram-se as hostilidades. Os dinastas tebanos decidiram recuperar a unidade egípcia a partir da sua própria região. Doravante, a história militar do Egipto adquire uma importância e uma caracterização verdadeiramente inovadoras.

O Império Novo: guerra e exército⁽¹⁹⁾

Não tardou que essa guerra de libertação se transformasse em guerra de conquista, submetendo-se e perseguindo os Hicsos para além do território egípcio propriamente dito, até, presumivelmente, à Palestina. Construiu-se um «império» que foi desde o Eufrates até à quarta catarata nilótica⁽²⁰⁾, na época do seu máximo fulgor. Os militares tornaram-se artífices e garantes de novas exigências sociais, estreitamente correlacionadas com o afluxo de tributos e de mão-de-obra escrava ao Vale do Nilo, o que acarretou profundas alterações na economia e na própria estrutura da sociedade e da cultura do Egipto.

O faraó passou a ser objecto de uma nova representação imagética, fortemente simbólica⁽²¹⁾: se no Império Antigo, aparecia como sacrificador ritual de estrangeiros, e no Império Médio era exaltado na sua

temível invencibilidade, agora ele inseria-se no quadro das características concretas de uma actividade no campo de batalha – de rei vitorioso converte-se em rei-soldado⁽²²⁾. Assim sendo, não causa estranheza que se sublinhem os estádios da sua formação marcial; na Grande Estela da Esfinge, de Amen-hotep II, evocam-se os incessantes treinos que o soberano desenvolveu com cavalos enquanto jovem⁽²³⁾:

«Quando ainda era jovem, ele amava os seus cavalos e alegrava-se em estar na sua companhia. Era intrépido a lidar com eles, aprendendo as suas naturezas, hábil em adestrá-los, compreendendo-lhes o seu modo de ser. Quando isto chegou ao conhecimento de seu pai (Tutmés III), no Palácio (...) o coração de sua majestade ficou satisfeito (...) Sua Majestade afirmou àqueles que ao seu lado estavam: “Que lhe dêem os melhores cavalos dos meus estábulos de Mênfis eizei-lhe: “Olha por eles, domina-os se eles oferecerem resistência”. Depois disseram ao filho do rei que tratasse de alguns cavalos do estábulo real. Ele assim o fez; Rechef e Astarte (divindades semitas) rejubilaram ao vê-lo realizar tudo quanto o seu coração desejava. Ele criou cavalos que não tiveram igual. Não se cansavam quando ele puxava pelas rédeas; não ficavam a suar quando galopavam. Ele poderia pôr-lhes os arreios em Mênfis e parariam (apenas) no local de descanso de Horemakhet (= provavelmente o templo de Horakhti)».

Este trecho também nos ilustra a importância que então assumiram os cavalos, só introduzidos no Egipto durante o Segundo Período Intermediário pelos «asiáticos». No Império Novo, os equídeos⁽²⁴⁾ vieram a desempenhar um papel determinante nas actividades guerreiras, sendo utilizados numa nova arma do exército egípcio, a dos carros de combate, que funcionaria em conjugação com a infantaria⁽²⁵⁾.

Centremo-nos de novo na figura do rei: não raras vezes este aparece (em textos e em imagens), aprendendo a servir-se do arco e flecha, ajudado por um alto funcionário. Até aí, a ideia de ensinar o monarca era contrária à tradição egípcia, porque o faraó já era dotado de todas as qualidades «desde que nascera». Na referida Grande Estela da Esfinge (Guiza), Amen-hotep II não tem peias em afirmar que muito teve de aprender e treinar para se tornar por fim num exímio guerreiro. Eis outro trecho desta fonte:

«Ele pegou em trezentos sólidos arcos; comparou o engenho dos homens que os haviam manufacturado, de maneira a distinguir os não habilidosos dos habilidosos. Ele fez ainda o seguinte, que aqui se chama à vossa atenção: ao entrar no seu jardim setentrional, encontrou para ele colocados quatro alvos de cobre asiático com um palmo de espes-

sura, a uma distância de vinte cúbitos entre um posto e o outro. Então, Sua Majestade apareceu no seu carro de combate como Mont (= Montu) em todo o seu poder. Ele puxou pelo seu arco, enquanto segurava quatro flechas na outra mão. Assim avançou para norte, disparando sobre eles (os alvos), à semelhança de Mont com a sua panóplia, cada seta trespassando o alvo no momento em que já visava o seguinte. Foi uma proeza até aí nunca obrada ou de que se tivesse registo: disparou uma flecha sobre um alvo de cobre, furando-o de um lado ao outro e depois caiu no solo...»⁽²⁶⁾.

Nesta época, o príncipe herdeiro, futuro soberano, recebia uma sólida formação, exercendo frequentemente a função de comandante das tropas (o que já havia acontecido, embora esporadicamente, durante o Império Médio).

No acampamento, era o monarca quem convocava o conselho de guerra e discutia com os seus generais e conselheiros; segundo uma norma recorrente, propunha soluções ousadas, que contrastavam com os prudentes pareceres dos seus dignitários. Assim o fez Kamés, no início da guerra contra os Hicsos, fazendo preponderar a sua vontade, não ligando aos conselhos dos seus cortesãos. Este tópico de actuação (provavelmente mais fruto da produção literária do que da realidade, daí a utilização por parte dos estudiosos do rótulo de *Königsnovelle*⁽²⁷⁾) torna-se, aliás, na premissa óbvia para a celebração entusiástica dos feitos subsequentes, que conduziam à vitória.

Nos Anais de Tutmés III, descreve-se um similar *modus operandi* da parte do rei, na véspera da batalha de Meguido, mas o quadro ma-nifesta maior serenidade e um sentido preciso face a uma situação bem definida:

«Ano 23, primeiro mês do Verão, dia 16, (chegada à) cidade de Iahem. (Sua Majestade) ordenou uma reunião com o seu bravo exército, dizendo: “Aquele vil inimigo de Kadech apareceu e penetrou em Meguido e está (aí) neste momento. Ele reuniu junto de si os príncipes de todas as terras estrangeiras (que tinham sido leais) ao Egipto, bem como aqueles provenientes de Naharin, consistindo em Khor e Kedi, os seus cavalos, os seus exércitos, (os seus povos)”. E ele disse – está registado – “Esperarei (e lutarei contra Sua Majestade aqui) em Meguido”. (Agora) digam-me (o que pensam)»⁽²⁸⁾.

Logo após o conselho de guerra, Tutmés III decidiu, indo contra as opiniões dos seus generais (que defendiam duas vias alternativas ao caminho de Aruna), avançar pelo itinerário mais directo e perigoso

com o seu exército, atravessando um apertado desfiladeiro; o certo é que, com essa postura audaz, o rei veio a averbar uma retumbante vitória sobre o inimigo⁽²⁹⁾.

O seu filho, Amen-hotep II, por seu lado, descreve como, armado apenas com a sua acha de combate, montou guarda durante toda a noite a um acampamento de prisioneiros, no fim de um dia de batalha⁽³⁰⁾.

Na XIX dinastia mantém-se este tópico do rei combatente. Embora o discurso de Ramsés II inserto no chamado *Poema de Kadech* se pautе por uma evidente ausência de objectividade, num aspecto o texto se revela claro, isto é, na ideia do que se esperava de um soberano em combate.

Na realidade, este modelo renovado do faraó-guerreiro⁽³¹⁾ vê-se fomentado pelo seu instrumento mais óbvio e poderoso, o exército que, a partir da XVIII e XIX dinastias, já espelha uma estrutura hierárquica bastante bem definida: na base da máquina militar figura o soldado raso, o *uau* (*w^cw*); em escala ascendente, passa-se depois para o posto de «chefe dos cinquenta», o qual provavelmente comandaria uma subunidade com 50 soldados; quatro destas secções formavam uma «companhia»/*sa* (*s3*), compreendendo 200 homens; a chefia-la estava um «porta-estandarte»/*tai serit* (*t3y srit*)⁽³²⁾.

A seguir chega-se à cúpula hierárquica, composta pelos oficiais superiores⁽³³⁾, em regra genericamente designados *heri-pedjet* (*hry-pdt*), que exerciam funções de comando de fortalezas, e os oficiais-generais: neste núcleo, destacava-se o *mer mechá* (*mr mš^c*), que habitualmente se verte por «general», o *mer sechemet* (*mr sšmt*), «general da carriagem», o *sech mechá* (*sš mš^c*), «escriva do exército»⁽³⁴⁾, posto idêntico ao de *sech neferu* (*sš nfrw*, «escriva dos recrutas»). No vértice da oficialidade existia um «general-em-chefe», o *imirá mechá uer* (*mr^c ms^c wr*), que era normalmente um príncipe da casa real⁽³⁵⁾. Além destes comandantes, ainda havia os que chefiavam guarnições no exterior, em zonas ocupadas ou controladas pelo Egipto; afora as tropas egípcias propriamente ditas, também havia numerosos contingentes de mercenários ou auxiliares estrangeiros⁽³⁶⁾, sobre os quais mais à frente teceremos breves comentários.

Durante o Império Novo, os corpos do exército ascenderiam a perto de 5 000 homens⁽³⁷⁾: na XVIII dinastia, registava-se a existência de dois corpos; no início da XIX passaram a três e, por fim, a quatro. Comportavam duas «armas», a infantaria e os carros de guerra⁽³⁸⁾.

A palavra *menfet* (ou *menefat*, *mnf3t*), que desde o Império Antigo servia para designar a «infantaria»⁽³⁹⁾ (os soldados sendo os *mnfyf*), só veio a ganhar todo o seu sentido a partir do momento em que se

introduziram os carros de combate no exército egípcio. Todavia, foi precisamente no Império Novo que tal vocábulo se tornou sinónimo de *mechá*, assim se reportando, eventualmente, não só às tropas de infantaria mas também à própria carriagem de guerra.

Cumpramos aqui expor alguns dados suplementares mas pertinentes sobre essas duas palavras egípcias; comecemos pela última, *mechá*: segundo Adolph Erman e Hermann Grapow, é vocábulo que comporta razoável variedade de conotações a nível militar, indo desde «das Heer, die Truppen», por um lado, até «Soldaten», por outro⁽⁴⁰⁾. No entanto egiptólogos como Raymond O. Faulkner⁽⁴¹⁾ e Louis. A. Christophe⁽⁴²⁾ atribuíram a este termo um significado mais restritivo – «uma divisão inteira de soldados», ou seja, uma parcela orgânica bem determinada do exército egípcio. Ocasionalmente, o vocábulo também é empregue para designar um contingente não militar⁽⁴³⁾.

Quando *mechá* se define pelo artigo no singular, depreende-se que o «exército» enquanto corpo militar ou de gente envolvida em actividades bélicas se concebia como uma entidade única. Esta não se determinava consoante o seu tamanho ou número de efectivos. A partir de uma análise comparativa entre o «exército» que Hatchepsut enviou na expedição ao Punt e o de Tutmés III na batalha de Meguido, tão extenso que «o seu flanco meridional estava na montanha (a sul do vale) de Kina e o flanco setentrional (ficava) a noroeste de Meguido», facilmente se conclui que não se fixavam propriamente as dimensões de um exército segundo normas rigidamente pré-estabelecidas. As forças que rumaram ao Punt não seriam certamente muito grandes. Já o mesmo não se aplica ao «exército» de Tutmés III, que terá totalizado um elevado número de homens.

Assim, se tomarmos em consideração as tropas que Ramsés II conseguiu reunir em Kadech e as que, analogamente, Seti I concentrou em Beth Shan⁽⁴⁴⁾ – que compreendiam vários contingentes, cada um deles chamado «o exército» de um deus ou deusa – mas que os Ramsés geralmente se referem apenas ao seu «exército» (consistindo no conjunto dos quatro «exércitos» em simultâneo e não um em particular), uma vez mais se chega à conclusão que um «exército», quando encarado como entidade singular, não encerrava conotações alusivas a critérios numéricos. Consequentemente, deve-se descartar a teoria sustentada por Faulkner, Christophe e Breasted, segundo a qual *mechá* significaria uma unidade específica das forças armadas egípcias⁽⁴⁵⁾.

Em regra, a palavra *mechá* aplicava-se ao conjunto das armas de infantaria e da carriagem, mas quase nunca englobava as tropas estrangeiras ao serviço do Egipto. No *Papiro Anastasi I*⁽⁴⁶⁾, todavia, na pas-

sagem em que se enumeram os diversos contingentes pertencentes a uma «hoste de soldados» de um exército que partiu em campanha para Djahi, vemos que, juntamente com as tropas egípcias, se encontrava um número apreciável de guerreiros estrangeiros – *sherden*, *meshuesh*, *kehek* e *nehesi*. Assim, neste caso pelo menos, torna-se evidente que os estrangeiros, enquanto agrupamento étnico heterogéneo, se contavam entre os efectivos regulares do exército egípcio.

Quanto ao vocábulo *menefat* (ou *menefet*)⁽⁴⁷⁾, contrariamente a *mechá*, apresenta sempre uma conotação bélica, sendo muitas vezes empregue para destrinçar os militares da população civil em geral. Na XVIII dinastia, *menefat* surge, quase invariavelmente, como equivalente etimológico ou sinónimo de *mechá*, no sentido lato de «o exército», incluindo as unidades dos carros de guerra. Na XIX dinastia, contudo, passou a assumir o significado mais concreto de infantaria, contrapondo-se então à carriagem. É, a nosso ver, um claro indicativo de que a arma das viaturas de combate já se havia tornado num organismo orgânico autónomo nas forças armadas egípcias⁽⁴⁸⁾.

Para além da definição que no *Wörterbuch* se dá de *menefat* – «Art Soldaten, sowohl allgemein die Soldaten, die Truppen; (auch Militär im Ggs. Zur Zivilbevölkerung)»⁽⁴⁹⁾ – o vocábulo foi interpretado de forma diversa por R. Faulkner⁽⁵⁰⁾, que entendeu significar «trained soldiers», por oposição aos simples recrutas; por seu lado, Alan Gardiner⁽⁵¹⁾ afirmou que servia para designar «soldados» ou, mais especificamente, «infantry-soldiers», assim se distinguindo das unidades dos carros de guerra; W. F. Edgerton e J. A. Wilson, em contrapartida viram em *menefat* «some type of militia»⁽⁵²⁾. De todas elas, a interpretação advogada por A. Gardiner parece ser a mais correcta. As restantes, em face da documentação conservada, não se coadunam tanto com a realidade factual.

Os carros de combate⁽⁵³⁾

Introduzido, ao que se saiba, pelos Indo-europeus no Próximo Oriente, o cavalo só veio a surgir no Egipto por volta do Segundo Período Intermediário. A palavra egípcia para equino – *sechem/sšm* – trai uma origem etimológica semítica, embora também se empregasse outra, *neferu/nfrw*, um substantivo formado a partir do adjectivo «belo». À semelhança do que, por esta mesma época, acontecia na Ásia do Sudoeste, os cavalos raramente se utilizavam como meios autónomos (sendo ocasionalmente montados por batedores ou mensageiros).

Conseqüentemente, os ginetes foram essencialmente empregues nas parelhas atreladas aos carros de combate⁽⁵⁴⁾. Estes consistiam em bigas de estrutura ligeira e providas de duas rodas. Os veículos eram, efectivamente, plataformas leves com um painel frontal curvo forrado a cabedal ou cestaria a que estavam atados os receptáculos para as armas (nomeadamente as aljavas), tendo uma única vara para aparelhar dois cavalos.

A base onde seguiam os seus tripulantes era feita de ripas ou tecido revestido por tiras de couro, o que permitia que os veículos tivessem certa flexibilidade e se deslocassem mais suavemente sobre terreno acidentado. As rodas eram sofisticadas, munidas de seis raios, estando montadas num eixo traseiro que possuía mais do dobro da largura do corpo da biga⁽⁵⁵⁾. Tal como algumas armas, os carros eram, em regra, copiados a partir de protótipos utilizados tanto por aliados como por inimigos estrangeiros. Temos conhecimento de oficinas em Mênfis – de que há registo plástico em baixos-relevos descobertos em Sakara – e Pi-Ramsés (cujos vestígios materiais ainda não foram inteiramente desvelados pela arqueologia), onde se fabricariam veículos de guerra⁽⁵⁶⁾.

A carriagem (*t-nt-htri*) tornou-se a «arma» nobre, por excelência, das forças armadas egípcias. A partir da XVIII dinastia, a nível iconográfico, valoriza-se a figura do faraó avançando, irresistível e avassalador, na sua viatura, contra o inimigo; ademais, ao apresentar-se com a *merkhebet* ou *uereret*, o rei também almejava transmitir uma imagem de força, poder e prestígio.

Foi somente desde o reinado de Amen-hotep III, porém, que se começou a utilizar sistematicamente termos referentes a títulos ou postos ligados aos carros de combate nas fontes egípcias: «superintendente dos cavalos»/*imirá sechemu (imy-r^c sšmw)*, «capitão da carriagem»/*idnw n t-nt-htri*, «auriga»/*kedjen (kdn)*, etc.⁽⁵⁷⁾

Isto leva-nos a supor que, por esta altura, o exército egípcio terá sofrido uma reorganização de certa amplitude, achando-se, tanto a infantaria como a arma da carriagem, providas de sistemas hierárquicos e serviços administrativos próprios. É facto, aliás, que até se confirma pelo teor de diversas missivas da correspondência descoberta em Tell el-Amarna: em algumas delas, governantes locais cananeus (mormente Ribadda de Biblos) chegam a suplicar ao faraó que lhes envie homens (*sâbe*), cavalos (*sísê*) e carros (*narkâbati*)⁽⁵⁸⁾.

Se bem que pedidos de efectivos de infantaria (designada como *sabê*, *sepe*, *sahê pitiâti* ou pelo termo egípcio *uau*) venham expressamente mencionados em apenas três exemplos documentados, será

lícito deduzir que noutros casos relativos a tropas também estivessem em causa soldados apeados. Nas ocasiões em que se especificam as cifras dos combatentes solicitados, causa alguma estranheza que os números apontados sejam quase sempre múltiplos de cinquenta, que consistia (como já dissemos) na unidade táctica de base da infantaria egípcia.

Nas cartas em que os «príncipes» vassalos cananeus pedem para que lhes enviem números concretos de cavalos e de carros de guerra, é, igualmente, com certa admiração que se verifica corresponderem sempre a múltiplos de dez, daí se retirando a ilação de que a arma da carriagem estivesse, porventura, organizada em unidades de dez veículos cada uma. Note-se, porém, que nas situações em que apenas se faz alusão a carros ou a equídeos, é possível que os governantes da Síria-Palestina utilizassem tripulantes locais para conduzir as bigas.

Com base nas referências a 50 «tripulantes de carros» e 20 «moços de estrebaria» que se observam no relato de uma expedição ao Uadi Hammamat, no 3.º ano de reinado de Ramsés IV, Christophe⁽⁵⁹⁾ e Faulkner⁽⁶⁰⁾ aventaram a hipótese de existir um esquadrão de 25 veículos por cada «divisão» de infantaria (com 5 000 homens).

A «divisão» de infantaria constituía um *mechá*, isto é, um «exército»; visto que este não correspondia a uma força com um número de homens claramente definido, os efectivos que à mesma se atribuem na expedição ao Hammamat possui, na realidade, reduzido significado.

Assim, qualquer tentativa para estabelecer estimativas numéricas precisas relativamente às forças armadas egípcias resulta em tarefa praticamente impossível. Repare-se, por exemplo, que a teoria atrás referida vai por água abaixo, a nível de lógica, quando na correspondência de Amarna se solicita, num caso, ao faraó o envio de 30 parelhas de cavalos e 200 soldados, ao passo que noutro se pedem 30 parelhas de corcéis e 400 soldados⁽⁶¹⁾.

No decurso do período ramséssida, a carriagem afirma-se indiscutivelmente como arma distinta da infantaria. Tal como sucedia aos soldados apeados, os tripulantes dos veículos de combate nem sempre se viam coagidos a estar em serviço activo, podendo até ficar na condição de reservistas, residindo nas suas localidades de origem. Os carros, bem como o restante equipamento militar, eram colocados em arsenais, só de lá saindo aquando da realização de campanhas. Esses arsenais, que em determinados documentos são qualificados de «amplos átrios do Palácio», também terão servido para albergar os serviços administrativos e logísticos do exército.

Nas XIX e XX dinastias, o pessoal adscrito às unidades das bigas de combate compreendia «guerreiros de carro», «corredores» (aparentemente batedores), «aurigas», «portadores de escudos» e uma categoria de soldados chamados «portadores *tekemu*». Os primeiros que mencionámos eram submetidos a um rigoroso treino técnico⁽⁶²⁾.

Embora os membros da carriagem geralmente proviessem das camadas sociais mais elevadas do Egipto, alistando-se, até, num regime de voluntariado, o certo é que a asserção feita por Ramsés III, de que não recrutara gente pertencente aos templos para as suas viaturas de guerra (e igualmente para a infantaria), talvez aponte na direcção contrária, ou seja, que existiria conscrição para preencher os efectivos da carriagem. Contudo, cabe acrescentar que isto só era aplicável aos escalões mais baixos do pessoal que servia nas bigas.

O papel dos estrangeiros no exército durante o Império Novo

No contexto da dinâmica política expansionista levada a cabo por diversos soberanos egípcios desta época, e mais especificamente no seguimento de campanhas vitoriosas na Síria-Palestina, na Núbia ou no país dos *Rebu/Rbw* (Líbia)⁽⁶³⁾, assistiu-se a uma «canalização» de grande número de prisioneiros de guerra estrangeiros para o próprio Egipto; o seu destino é-nos descrito num texto elaborado sob a égide de Ramsés III:

«Eu (Ramsés III) coloquei os dirigentes nos calabouços, em meu nome. Dei-lhes chefes de tropas e responsáveis indígenas (*aiun mehit /^c3ywn mhyt*) – após o que foram marcados com ferro em brasa, estampados com o meu nome...»⁽⁶⁴⁾.

Ao longo da segunda metade do segundo milénio a. C., os contingentes estrangeiros do exército egípcio eram compostos essencialmente por antigos cativos (embora também houvesse grupos de mercenários). Em contrapartida, desconhecemos se os predecessores de Ramsés III recorriam a métodos tão rudes e brutais, como o de marcar com ferro em brasa (à semelhança das cabeças de gado) os prisioneiros, os quais eram encerrados em acampamentos e em fortalezas.

Uma coisa, porém, é certa: esses indivíduos viam-se sujeitos a todo um processo de aculturação «egipcianizante», no qual até a língua deles era, por assim dizer, subvertida. Os Egípcios faziam ingressá-los na sua máquina militar, explorando a experiência e a perícia desses grupos étnicos na arte da guerra. Estes, em várias ocasiões,

revelaram-se fundamentais no alargamento e defesa das fronteiras do Egípto, bem como em contendas renhidas contra inimigos belicosos e obstinados.

Os soldados estrangeiros⁽⁶⁵⁾ eram integrados em unidades enquadadas por oficiais egípcios, de forma a melhor os controlar, impedindo a ocorrência de motins ou de deserções.

Tanto através de textos como mediante baixos-relevos do período ramsésida, constata-se que, a par destas unidades de auxiliares, outros contingentes existiam que tinham carácter misto, ou seja, nas suas fileiras lutavam lado a lado guerreiros estrangeiros e soldados egípcios. Neste caso, os primeiros seriam já, provavelmente, homens livres que tinham dado provas de manifesta lealdade para com o Egípto. Acresce referir que todos eles serviam na infantaria; «...sob os primeiros Ramsésidas, temos notícia de um corpo de tropas compreendendo 1900 soldados egípcios e 3100 mercenários»⁽⁶⁶⁾.

Além dos núbios (os *nehsiu* e os *medjaiu*, estes últimos geralmente vocacionados para missões de policiamento e de reconhecimento), que continuaram a alimentar os efectivos das forças armadas egípcias, a partir da XVIII e no decurso das XIX e XX dinastias, afluíram ao país nilótico catervas de recém-chegados, provenientes de horizontes geográficos assaz diversificados, de entre estes se destacando os *chasu* do Leste, beduínos dos desertos, os *na'harin(i)*⁽⁶⁷⁾ – cujo nome deriva do semítico *naar* «homem jovem» –, os *sherden* ou *shardana* (mercenários aparentemente oriundos do Mediterrâneo Oriental, muitas vezes associados aos chamados Povos do Mar), os *meshuesh* do Oeste, sírios, «palestinianos do Sul», filisteus, etc.⁽⁶⁸⁾

Quase todos eles conservavam as suas típicas vestes e equipamento de origem. Em tempos de paz, residiam habitualmente em acampamentos e constituíam comunidades étnicas de apreciável envergadura, algumas até se transformando em autênticas cidades⁽⁶⁹⁾. Quando não participavam em actividades bélicas, em regra eram coagidos – embora nem sempre o fizessem – a entregar as suas armas, que ficavam guardadas em depósitos e arsenais, sob a vigilância de militares egípcios. Tal procedimento descreve-se, aliás, no *Papiro Harris I*, da época de Ramsés III:

«Os *sherden* e os *kehek* estavam nas suas aldeias, dormindo estendidos sobre as costas. Não tinham nada a temer. Aí não havia qualquer adversário cuchita ou inimigo sírio. Os arcos e as (outras) armas foram guardados nos depósitos (...)»⁽⁷⁰⁾.

O exército em campanha

Quando partiam em campanha, as «divisões» do exército egípcio actuavam como corpos praticamente auto-suficientes, compreendendo unidades de infantaria (soldados egípcios e auxiliares estrangeiros) e de carriagem. No decurso da progressão rumo a território hostil, as divisões mantinham, em regra, uma distância de 5 a 10 km entre si, mas estavam quase sempre em contacto umas com as outras através de um eficaz sistema de comunicações, em cujo funcionamento se revelavam imprescindíveis mensageiros ou estafetas⁽⁷¹⁾.

A lógica inerente a este dispositivo buscava servir de solução ante as tácticas de guerrilha que na Síria-Palestina o inimigo frequentemente adoptava: atacava o exército em marcha recorrendo a velozes carros de combate; estes ataques-relâmpago ocorriam sobretudo em desfiladeiros ou em locais providos de denso arvoredo.

Caso tais emboscadas sucedessem, «a curta distância entre cada corpo garantia que, na eventualidade de um dos carros protectores ser eliminado, o apoio pudesse avançar rapidamente a fim de ajudar a infantaria sob ataque»⁽⁷²⁾.

Em certas ocasiões, os «corpos» do exército não actuavam de forma conjugada, mas antes em separado; assim aconteceu quando Seti I conduziu uma campanha na Palestina Setentrional (1318 a. C.). Eis um trecho esclarecedor: «Então sua majestade enviou o primeiro exército de Amon, “O Poderoso de Arcos” até à cidade de Hamath; o primeiro exército de Ré, “Pleno de Valor” até à cidade de Beth-Shan; e o primeiro exército de Set, chamado “Forte de Arcos”, até à cidade de Yanoam»⁽⁷³⁾.

Ainda que vários soberanos egípcios se tenham vangloriado das suas múltiplas proezas, organizando o seu exército em formações de combate (alegadamente) inovadoras, o certo é que tudo leva a supor que dispunham as suas tropas de acordo com as normas convencionais: a infantaria ocupava o centro; nos flancos ou alas, a ladeá-la, posicionavam-se os carros de guerra. No campo de batalha, era relativamente raro os Egípcios assumirem uma postura defensiva, a não ser que (como aconteceu na batalha de Kadech) não dispusessem de capacidade de iniciativa ou margem de manobra.

Não restam dúvidas de que o exército egípcio possuía meios para realizar operações de assédio⁽⁷⁴⁾. No início da XVIII dinastia, temos notícia de Ahmés ter mandado cercar Charuhen, que só veio a capitular volvidos três anos; na campanha que culminou na batalha de Meguido, Tutmés III o mesmo fez em relação a esta cidadela, tendo o

cercos durados sete meses; aproximadamente na mesma altura, este soberano destacou alguns dos seus soldados, sob o comando directo do general Djehuti, a fim de sitiarem a cidade de Joppa (Ipu), operação que se revelou bem sucedida⁽⁷⁵⁾.

Os assédios poucas vezes são narrados em textos egípcios. Nas inscrições hieroglíficas que acompanham os baixos-relevos que Merenptah mandou fazer em Karnak⁽⁷⁶⁾, mais propriamente na secção dedicada à campanha que se levou a cabo na Palestina, descreve-se em breves traços o *modus operandi*: procedia-se ao assalto da cidade adversária através da aposição de escadas junto às suas muralhas e, em simultâneo, vários contingentes de infantaria tentavam destruir à machadada os portões de madeira. Que saibamos, os Egípcios parecem não ter utilizado aríetes dotados de uma superestrutura/torre que servisse de plataforma de actuação para arqueiros.

Visto que na Palestina e em Canaã existiam numerosas cidades fortificadas, é compreensível que os Egípcios (à semelhança dos Assírios) evitassem, sempre que possível, a realização de cercos, que podiam ser longos, dispendiosos e com desfecho incerto, procurando, ao invés, forçar o oponente a lutar em confrontos campais.

Importa ainda reservar umas quantas palavras sobre a «marinha»: esta não era um organismo independente, mas antes parte integrante do exército egípcio, sendo utilizada no âmbito de operações anfíbias. Tem-se conhecimento de actividades deste tipo sob a égide de Kamés e Ahmés, na guerra de libertação contra os Hicsos. Sabe-se, igualmente, que Tutmés III mandou construir uma frota de consideráveis proporções num estaleiro sito em Perunefer, nas proximidades de Mênfis. Os navios serviam basicamente para transportar tropas mais directamente para os teatros de operações, no âmbito de planos estratégicos globais, nomeadamente para portos localizados no Líbano, em acções combinadas contra várias cidades-estados da Síria e até do próprio reino do Mitanni.

Raramente se registaram batalhas navais, salvo (aparentemente) na época de Ramsés III: com efeito, no seu templo funerário de Medinet Habu, vemos gravadas cenas reportando-se a uma tremenda refrega travada no mar, em que saiu derrotada uma «frota» pertencente aos «Povos do Mar». O termo que os Egípcios habitualmente aplicavam à tripulação de um navio era *henit* (*hnyt*), mas não tinha necessariamente uma conotação militar. O número de soldados que ia a bordo variava consoante as circunstâncias, embora talvez se cifrasse num total equivalente a uma «companhia» das tropas de terra (200 homens) por cada embarcação⁽⁷⁷⁾.

Nas campanhas de grande envergadura e longa distância, que se empreendiam, obviamente, com apreciável número de efectivos, verifica-se um grande cuidado posto no funcionamento do aparelho logístico do exército, principalmente no tocante ao abastecimento dos militares; além disso, como igualmente sucedeu nas expedições bélicas conduzidas pelos soberanos neo-assírios, torna-se evidente a preocupação de elaborar «relatórios/diários» (*heruit* ou *nehetu*)⁽⁷⁸⁾ em que escribas anotavam todos os episódios marcantes ocorridos no decurso das campanhas.

A intendência do exército

Discorramos, agora, um pouco sobre a intendência no exército egípcio. O alto comando era assistido por uma espécie de «estado-maior», que se repartia por diversos serviços assumindo funções específicas; em paralelo, cada «divisão» era gerida por um «chefe de inspectores do exército», e cada «companhia» por um «inspector do exército». Em fontes egípcias, esta intendência só se atesta verdadeiramente no Império Novo⁽⁷⁹⁾. Desde o começo da XVIII dinastia, regista-se a presença constante (na documentação coeva) de um «escriba da concentração do exército», que, como facilmente se infere, se ocupava da tarefa da reunião das «divisões» em caso de conflito, de um «escriba das rações», que organizava o aprovisionamento de víveres para as unidades, e de um «escriba dos guardiães dos arquivos», que velava pela redacção, em boa e devida forma, dos relatórios e diários que se exaravam durante as campanhas militares.

Constatamos que, de maneira quase sistemática, os oficiais superiores do «estado-maior» exibem o título de «escriba dos recrutas» ou o de «escriba do exército»: o seu papel consistia em registar os efectivos das novas levas de recrutas, aos quais chamavam à atenção para os seus deveres, em transmitir ordens bem como na consignação dos factos essenciais. Com efeito, os «escribas dos recrutas» mantinham escrupulosamente actualizadas as informações sobre as unidades, elaboravam estatísticas das baixas sofridas em combate (mortos e feridos), dos inimigos feitos prisioneiros e dos despojos obtidos em campanha. Tinham ainda a incumbência de contabilizar as rações distribuídas aos soldados e vigiar atentamente a instrução ministrada aos recrutas.

No decurso das operações bélicas, eram eles que redigiam «relatórios/diários» acerca do comportamento dos homens de armas

(assinalando os que mais se tinham notabilizado na peleja) e anotavam os episódios fundamentais em hierático, utilizando como suportes rolos de couro ou tabuinhas de madeira.

Um dos mais célebres destes burocratas militares foi certamente Tjanuni⁽⁸⁰⁾, «escriba do exército» e «chefe dos escritos da infantaria», que esteve ao serviço de Tutmés III; no seu túmulo (o TT 74, em Cheikh Abd el-Gurna, Tebas Ocidental), observa-se a sua «autobiografia» gravada em hieróglifos nas paredes; nela se faz menção às suas principais competências e atribuições: «Reunir as levas de recrutas. Dar a conhecer a cada homem os seus deveres em todo o exército. Fazer a lista dos soldados». Evoca-se ainda o seu papel enquanto «cronista»:

«Acompanhei o deus perfeito, o regente da verdade e da justiça, o rei do Alto e do Baixo Egipto, Menkheperé (Tutmés III). Pude presenciar os actos de bravura do rei e aquilo que levou a cabo em todos os países estrangeiros (...). Eu sou aquele que tornou duradouras as vitórias que ele averbou, pois que escrevi sobre os acontecimentos tal qual estes ocorreram. Fui companheiro do deus perfeito e seu confidente, gozando do seu favor todos os dias. Escrevi para ele (a relação das) suas numerosas expedições»⁽⁸¹⁾.

Conclusão

Através desta breve abordagem, queda manifesto o elevado grau organizativo das forças armadas egípcias sobretudo a partir do Império Novo, altura em que a estrutura hierárquica e funcional da máquina castrense atingiu o seu zénite, fenómeno que se desenvolveu dentro do âmbito da política expansionista régia, tanto orientada para sul (Núbia), como para norte (Síria-Palestina). Ao longo da XVIII e XIX dinastias, a guerra passou a assumir muito maior relevância, fosse por motivos de prestígio faraónico ou de benefícios de ordem económica. Consequentemente, foi-se definindo uma poderosa e influente «casta» de militares profissionais que viria a desempenhar um papel muitas vezes decisivo em questões políticas e diplomáticas. Na segunda parte deste estudo, tentaremos avaliar a vivência e a mentalidade do homem de armas egípcio, assim como o «sistema social» militar no contexto do Império Novo, possuindo como esteio um abundante acervo documental coevo.

Notas

(1) Em termos globais, consultem-se: S. CURTO, «Krieg», em *LÄ*, vol. III, cols. 745-786; E. STROUHAL, *Life in ancient Egypt*, Cambridge, 1992, pp. 201-214; I. SHAW/P. NICHOLSON, «Warfare», em *The Dictionary of ancient Egypt*, London, 1995, pp. 303-304; J. das CANDEIAS SALES, «Exército», em L. M. de Araújo (dir.), *Dicionário do antigo Egípto*, Lisboa, 2001, pp. 351-354; IDEM, *A Ideologia Real Acádica e Egípcia*, Lisboa, 1997, pp. 215-222. Aconselhamos, também, a leitura de uma obra que muito recentemente deu à estampa, de R. B. PARTRIDGE, *Fighting Pharaohs: Weapons and Warfare in Ancient Egypt*, Manchester, 2002; para o tema que nos ocupa, reveste-se de interesse o capítulo 4, «The Army: A Soldier's Lot», pp. 88-90. Este livro, sublinhe-se, cobre um espaço temporal demasiado dilatado (desde o Pré-Dinástico até finais do Império Novo), pelo que certas questões são apenas afloradas ou mesmo postas de parte (como a logística do exército egípcio, os constrangimentos de ordem geográfica ou económica aquando da realização das campanhas, os factores demográficos ou o papel dos militares na sociedade egípcia sobretudo a partir do Império Novo), não obstante o mérito da investigação. Particularmente inovadora é a monografia solidamente documentada de Andrea GNIRS, *Militär und Gesellschaft. Ein Beitrag zur Sozialgeschichte des Neuen Reiches*, Heidelberg, 1996: para além de fornecer um autêntico filão de dados sobre a composição hierárquica da máquina bélica egípcia do Império Novo (cap. I), dedicou amplo espaço ao poder e influência da «classe» militar egípcia na sociedade de então. Consulte-se também a introdução sobre a prática da guerra entre os Egípcios da autoria de Robert G. MORKOT, no seu *Historical Dictionary of Ancient Egyptian Warfare*, Lanham, Maryland/Oxford, 2003, pp.xxxi-l.

(2) Cf. «Il Soldato», em S. DONADONI (ed.), *L'Uomo Egiziano*, Roma/Bari, 1990, p. 133. Ainda que mais atenuada, e indo um pouco contra uma das ideias advogadas pelo autor, existia efectivamente uma específica terminologia jurídica aplicável ao fenómeno bélico no antigo Egípto. Para tal aspecto, remetemos para uma obra de D. LORTON, intitulada *The Juridical Terminology of International Relations in Egyptian Texts through Dyn. XVIII*, Baltimore/London, 1974.

(3) Vide N. PERCHE, «Les Soldats du Roi», em *Historia Spécial: L'Égypte des Pharaons*, no. 495/mars (1988), 20-25.

(4) Atentemos às palavras de Aude Gros de BELER: «Até ao Primeiro Período Intermediário, a estrutura militar (egípcia) era ainda rudimentar, dispondo, por um lado, de tropas permanentes muito escassas e essencialmente constituídas por especialistas e, por outro, de homens recrutados em massa (em caso de necessidade), que careciam de sólida experiência nas armas»; cf. *Les anciens Égyptiens. Guerriers et travailleurs*, Paris, 2006, p. 5.

(5) Para mais elementos, cf. N. STRUDWICK, *The Administration of Egypt in the Old Kingdom*, London, 1985, cap. II e III. O título de «escriba do exército» / *sech mechá* (*sš mš*) raramente se atesta no Império Antigo. De entre os quatro casos conhecidos de indivíduos que ocuparam tal cargo, destaca-se um funcionário chamado Kaaper; pela sua titulação, depreendemos que possuía competências em diversas áreas: procedia ao registo de dados referentes à criação de gado, aos arquivos do poder central e da administração regional, tendo também atribuições nos domínios da intendência e da justiça. Quanto às suas funções no seio do exército – que nesta época não aparece como um organismo verdadeiramente demarcado da esfera civil – consistiam em aspectos organizativos concernentes às expedições destinadas ao Sinai e a outras regiões estrangeiras. Em termos mais específicos, sabe-se que desempenhou a função de «escriba do exército» do rei em Unet, Serer, Tepe, nos denominados «Terraços da Turquesa» e nos «países ocidentais e orientais». Veja-se H. G. FISCHER, «A scribe of the Army in a Saqqara Mastaba of the Early Fifth Dynasty», *JNES* XVIII (1959), 233-272, esp. 257-265.

(6) Cf. A. ROCCATI, *La littérature historique sous l'Ancien Empire égyptien*, Paris, 1982, pp.193-194; P. MALHEIRO, «Uni», em L. M. de Araújo (dir.), *Dicionário do Antigo Egípto*, p. 854.

(7) Existe igualmente outro *corpus* de inscrições parietais de finais do Império Antigo (reinado de Pepi II) no túmulo (sito em Assuão) do funcionário fronteiriço Harkhuf, onde este nos relata como contingentes do exército egípcio eram utilizados para escoltarem expedições comerciais à Núbia e processo através do qual mercenários núbios vinham até ao Egípto oferecer os seus serviços.

(8) Vide P. MALHEIRO, «Fortalezas», em *Dicionário do Antigo Egípto*, pp. 382-383; A.W. LAWRENCE, «Ancient Egyptian fortifications», *JEA* 51 (1965), 69-94.

(9) Cf. S. 'IBADA AL-NUBI, «Il Soldato», em *L'Uomo Egiziano*, p. 137.

(10) Para mais dados sobre textos deste tipo do Primeiro Período Intermediário, cf. M. LICHTHEIM, *Ancient Egyptian Autobiographies Chiefly of the Middle Kingdom*, Freiburg/Göttingen, 1988, pp. 12-17.

(11) Cf. IDEM, *Ancient Egyptian Literature, vol. I: The Old and Middle Kingdoms*, Berkeley/Los Angeles/Londres, 1975, p. 101. Neste texto, observa-se a seguinte terminologia militar: «recrutadas»/s' qyw, «guerreiros»/h3yw, e «soldados»/d3mw.

(12) *Ibidem*, pp. 225-226.

(13) S. 'IBADA AL-NUBI, «Il Soldato», p. 142.

(14) *Ibidem*, p. 143.

(15) Cf. «Les prétendus 'citadins' au Moyen Empire», *RdÉ* 23 (1971), 23-48. A expressão 'nhw'nhw nw niwt significa literalmente «aqueles que vivem/residem na cidade».

(16) Vide G. HUSSON e D. VALBELLE, *L'État et les Institutions en Égypte des les premiers pharaons aux empereurs*, Paris, 1992, cap. VIII, p. 141ss.

(17) Cf. R. G. MORKOT, «Army», em *Historical Dictionary of Ancient Egyptian Warfare*, pp. 27-29.

(18) Sobre esta matéria e outros assuntos afins, consultem-se B. GRATIEN, «Départements et institutions dans les forteresses nubiennes au Moyen Empire», em *Hommage à Jean Leclant*, IFAO, Cairo 1994; e P. TALLET, *Sésostri III et la fin de la XIe dynastie*, Paris, 2005, «Le réseau des forteresses de Nubie», pp. 53-68.

(19) Para uma visão rigorosa, ainda que breve, cf. J. YOYOTTE e J. LOPEZ, «L'organisation de l'armée et les titulatures de soldats au Nouvel Empire égyptien», *BiO* 26 (1969), 3-19.

(20) Em pleno Sudão actual.

(21) Consulte-se o estudo de Susanna Constance HEINZ, *Die Feldzugdarstellungen des Neuen Reiches*, Viena, 2001, cap. I.

(22) Algum tempo atrás, soubemos que o egiptólogo alemão M. MÜLLER defendeu a sua tese de doutoramento (na Eberhard-Karls-Universität de Tübingen, em 2001, com assinalável êxito), subordinada ao papel do faraó na guerra, cujo título é *Der Königs als Feldherr: Schlachtenrelief, Königsberichte und Kriegsführung im Mittleren und Neuen Reich*. Anteriormente, Müller procedeu a um exaustivo estudo acerca das armas e equipamento militar no antigo Egípto, incidindo particularmente na espada *khopesh*. Igualmente em Tübingen, o espanhol J. MARTÍNEZ BABÓN defendeu provas para obtenção do grau de *Magister Artium* em 1993, escolhendo como tema a organização do exército durante o Império Novo. Dois anos depois, apresentou a sua tese de doutoramento à Universitat Autònoma de Barcelona, subordinada à *Historia de la espada curva durante el Imperio Nuevo egipcio*. Recentemente, publicou uma rigorosa monografia sobre a *História Militar de*

Egipto durante la Dinastia XVIII (Barcelona, Fundació Arqueològica Clos-Museu Egípcii, 2003). Esta obra, com 239 páginas, constitui um proveitoso compêndio para todos quantos desejem conhecer mais de perto o fenómeno bélico na Alta Antiguidade e o exército egípcio (hierarquia, unidades de infantaria e de carros de combate, armamento); através de um recente contacto com o autor, soubemos que está previsto outro tomo, desta feita respeitante à XIX dinastia.

(23) Cf. M. LICHTHEIM, *Ancient Egyptian Literature*, II, p. 42.

(24) Refira-se a existência de uma monografia consagrada aos cavalos no Egipto durante o Império Novo, da autoria de Catherine ROMMELAERE, *Les chevaux du Nouvel Empire égyptien. Origines, races, harnachement*, Connaissance de l'Égypte ancienne, Bruxelas, 1991. Aparentemente, terão coexistido duas espécies distintas de solípedes no vale do Nilo – um cavalo de pescoço mais alongado e de corpo algo longilíneo e outro, introduzido em meados da XVII dinastia, caracterizado por maior robustez. Ambos, contudo, tinham uma característica em comum – eram relativamente pequenos.

(25) Recorde-se, porém, que no Egipto parece nunca ter havido corpos de cavalaria propriamente dita; apenas ocasionalmente se vêem figurados nas representações plásticas cavaleiros montando ginetes: em regra, ilustram-se os exercícios de tratadores adestrando cavalos ou, então, a actividade de mensageiros montados que eram enviados, em casos de extrema urgência, para regiões distantes.

(26) Cf. M. LICHTHEIM, *Ancient Egyptian Literature*, II, pp. 41-42.

(27) Veja-se, a propósito, o estudo de A. LOPRIENO, «The King's Novel», em A. Loprieno (ed.), *Ancient Egyptian Literature. History and Forms*, Leiden, Nova Iorque, Colónia, 1996, pp. 277-295.

(28) M. LICHTHEIM, *op. cit.*, II, p. 30.

(29) *Ibidem*, pp. 30-34.

(30) S. 'IBADA AL-NUBI, «Il soldato», p. 147.

(31) Este dispunha, como é óbvio, de uma guarda pessoal palaciana e de escoltas, que comportavam duas unidades de elite, onde só ingressavam homens acima de qualquer suspeita. A este respeito, no chamado «Protocolo do Vizir», consagra-se uma secção a tais tropas: «C'est lui (o vizir) qui réunit le contingent de la troupe – *mš'* – qui accompagne le Maître quand (il navigue en descendant) et le remontant le fleuve. C'est lui qui organise le reste (de la garde) stationnée dans la Ville du Sul et la Résidence, selon les instructions du Domaine Royal. C'est à lui que le commandant de l'escorte du Gouverneur et le conseil de la troupe sont amenés, dans son bureau, pour recevoir les consignes de la troupe»: texto da XVIII dinastia, cf. G. HUSSON e D. VALBELLE, *L'État et les Institutions*, p. 141. Os efectivos da guarda do rei eram compostos, quase em exclusivo, por guerreiros estrangeiros (Sherden, Medjaiu, Meshuesh, Kehak, etc.).

(32) Tal é a estimativa proposta por R. O. FAULKNER e W. HELCK, respectivamente, em «Egyptian Military Organization», *JEA* XXXIX (1953), 45, notas 3 e 4, e *Der Einfluss der Militärführer in der 18. ägyptische Dynastie*, 2ª edição, Hildesheim, 1964, p. 37. No entanto, para A. R. SCHULMAN, autor de uma das mais detalhadas monografias sobre o exército egípcio no Império Novo (*Military Rank, Title and Organization in the Egyptian New Kingdom*, *MÁS* 6, Berlim, 1964, p. 26), afirmou: «In a military context 'company' appears to have been used to denote a specific unit of the army, but whose exact strength is not known». Ver também R. PARTRIDGE, *Fighting Pharaohs*, pp. 88-89.

(33) Cf. J. YOYOTTE e J. LOPEZ, «L'organisation de l'armée...», *BiO* 26 (1969), 5-14.

(34) Título que, como vimos, já se encontra referenciado em fontes do Império Antigo.

(35) Não nos olvidemos do vizir/*tjati* (o mais importante dignitário logo a seguir ao rei, uma espécie de primeiro-ministro) que, não obstante dedicar-se a tarefas de âmbito administrativo e judicial, também desempenhava o seu papel no esforço organizativo do exército, superintendendo o processo de recrutamento que tinha lugar em quase todas as regiões e localidades do Egito. Vide P. VERNUS e J. YOYOTTE, «Vizir», em *Dictionnaire des Pharaons*, Paris, 1988, pp. 196-197

(36) Muitos destes soldados estrangeiros haviam chegado ao Egito como prisioneiros de guerra, sendo posteriormente «egipcianizados».

(37) Estes 5 000 homens formavam uma «divisão» (= 25 secções). Cada «divisão» constituía um «corpo», comandado por um general assistido por um «adjunto». Cada uma das «secções» (ou «companhias», *sau*) estava sob as ordens directas de um «porta-estandarte» /*taï serit (t3y sryt)*. Na época de Horemheb, o exército era constituído por dois grandes «corpos», um aboletado no Delta e outro no Sul, que se destinavam, respectivamente, a participar em expedições ou campanhas realizadas na Síria-Palestina ou na Núbia. Com Seti I, as forças armadas passaram a organizar-se em três «divisões», cada uma sob a tutela de uma divindade protectora (Amon, Ré e Ptah), às quais Ramsés II, seu filho, acrescentaria uma quarta, sob a égide divina de Set (ou Sutekh). Sob Ramsés III, na XX dinastia, deixou de existir, aparentemente, a «divisão» tutelada por Ptah. Esta disposição representava, afinal de contas, o fruto de uma adaptação à principal modalidade de combate, travada desde princípios do Império Novo, na Ásia, contra Mitânios e, posteriormente, Hititas: a batalha em campo aberto entre duas forças beligerantes com idêntica estrutura e poderio equiparável; Cf. A. ERMAN e H. RANKE, *La Civilisation Égyptienne*, Paris, 1976, (cap. XX: «La guerre», pp. 697-737. Veja-se também P. GRANDÉ, *Ramsès III. Histoire d'un Règne*: «Les divisions», pp. 168-169.

(38) Cf. L. A. CHRISTOPHE, «L'Organisation de l'armée égyptienne à l'époque ramesside», *Revue du Caire*, 39, nº 207 (1957), 387-405.

(39) Aqui só desenvolveremos dados respeitantes às tropas regulares, deixando de parte as forças ditas paramilitares, como as milícias e a polícia.

(40) Cf. *Wörterbuch der ägyptischen Sprache*, vol. II, Leipzig, Berlim, 1926-1963, pp. 155-156.

(41) Cf. *JEA* XXXIX (1953), 42.

(42) «La stèle de l'An III de Ramsès IV au Ouâdi Hammamat (no. 12)», *BIFAO* XLVIII (1948), 32-34.

(43) *Wörterbuch*, II, nº 12.

(44) No artigo intitulado «The Expedition at Beisan», *PUMJ* 18 (1927), 428-429, A. Rowe sugeriu a existência de um «exército» de Hathor em Beth Shan na XVIII dinastia, para tal se baseando nos supostos restos materiais de um estandarte (descobertos nessa zona), onde, aparentemente, estava figurada a deusa. No entanto não dispomos de dados categóricos que confirmem tratar-se efectivamente de uma insígnia; o contexto militar, em si mesmo, não serve como elemento probatório suficiente.

(45) Neste ponto seguimos a opinião de A. SCHULMAN: cf. *Military Rank, Title*, p. 11.

(46) *Ibidem*: cf. apêndice documental – «ref. 87». Para mais informes acerca da pluralidade semântica de *mechá (mšc)*, vejam-se pp. 12-13.

(47) Certos autores, como por exemplo Bridget MCDERMOTT (cf. *Decoding Egyptian Hieroglyphs*, Londres, 2003, pp. 120-121), propõem a leitura *menfet*.

(48) No entanto, nos postos e títulos castrenses de que *menfat* (*mnf3t*) faz parte integrante, a palavra conservou ainda o significado alargado de «exército», facto que se atesta em numerosas patentes da oficialidade egípcia durante a XX dinastia.

(49) Cf. vol. II, 80.

(50) *JEA* XXXIX (1953), 44.

(51) Cf. *Ancient Egyptian Onomastica*, I (3 vols.), London, 1947, p. 112.

(52) Cf. *Studies in Ancient Oriental Civilization (SAOC)*, 12 (1944), 54, n. 20 d.

(53) Para uma abordagem geral, veja-se M. A. LITTAUER e J. H. CROWELL, *Wheeled Vehicles and Ridden Animals in the Ancient Near East*, Leiden, Colónia, 1979; Acerca do carro de combate egípcio no período ramsésida, a monografia mais aprofundada é a de Anja HEROLD, *Streitwagentechnologie in der Ramsés-Stadt. Bronze an Pferd und Wagen*, Mainz, 1999.

(54) Cf. K. HANSEN, «The Chariot in Egypt's Age of Chivalry», *KMT. A Modern Journal of Ancient Egypt* vol. 5/1 (1992), 34-38. Além dos carros de combate, no Império Novo também se introduziram armas «novas» de procedência asiática: o chamado arco compósito, feito de camadas de chifre ou de tendões sobre um centro de madeira e envolvido em casca de árvore, que tinha cerca do dobro do alcance do simples arco longo e possibilitava maior precisão de tiro; o *khopech*, espécie de pesada cimitarra em bronze, foi correntemente utilizado durante as XIX e XX dinastias. Nas representações da batalha de Kadech, observamos soldados egípcios empunhando esta espada juntamente com a lança e o escudo, ao passo que outros ainda utilizam o tradicional machado ou acha de guerra. Por seu turno, nos relevos de Medinet Habu, vemos o *khopech* sendo empregue para decapitar prisioneiros, no contexto do encarniçado conflito contra os «Povos do Mar». Sobre a utilização bélica egípcia, cf. I. SHAW, *Egyptian warfare and weapons*, Aylesbury, 1991, pp. 25-31.

(55) Para um aprofundamento sobre o estudo dos carros de combate, veja-se A. R. SCHULMAN, «Chariots, chariotry and the Hyksos», *JSSEA* 10 (1980), 105-153. Pelos testemunhos textuais e pictóricos que se conservaram, supõe-se que o carro de guerra (*uereret* ou *merkhebef*) terá chegado ao Egito aproximadamente na mesma altura que os Hicsos. Num texto ramsésida (*Papiro Anastasi I*), podemos ficar com uma ideia algo sugestiva dos cuidados que se tinham na manutenção das bigas. Recorde-se que até contém um relato de um auriga egípcio que se deslocou a uma oficina em Joppa, cidade do Levante, para aí reparar a sua viatura. Cf. «Chariot», em I. SHAW e P. NICHOLSON, *The Dictionary of Ancient Egypt*, Londres, 1995, pp. 63-64.

(56) Também há indícios de que se manufacturavam noutras localidades, mas numa escala de produção certamente mais reduzida. Acrescente-se ainda que os Egípcios obtinham carros igualmente aquando de campanhas militares e através dos próprios tributos oferecidos por alguns vassallos, geralmente senhores locais da Síria-Palestina. Consulte-se R. MORKOT, «Chariot», em *Hist. Dict. of Ancient Egyptian Warfare*, pp. 61-65.

(57) Cf. A. R. SCHULMAN, *Military Rank, Title (...)*, p. 14ss. Segundo o autor, «It ...seems clear that the chariotry was, by this king's reign (Amen-hotep III), conceived of as a distinct entity» (p. 15).

(58) As palavras em itálico são em acádio, língua franca à época, geralmente empregue em cartas oficiais e tratados diplomáticos.

(59) Cf. «La stèle de l'an III de Ramsès IV (...)», *BIFAO* 48 (1949), 35.

(60) *JEA* XXXIX (1953), 43.

(61) Cf. A. SCHULMAN, *Military Rank, Title*, p. 15.

(62) *Ibidem*: «ref. 132, 265».

⁽⁶³⁾ A este respeito, consulte-se a obra de D. VALBELLE, *Les Neuf Arcs. L'égyptien et les étrangers de la Préhistoire à la conquête d'Alexandre*, Paris, 1990.

⁽⁶⁴⁾ Tradução de P. GRANDET: cf. *Le papyrus Harris I (BM 9999)*, *BdE 109*, Cairo, 1994, p. 77, l. 5-6.

⁽⁶⁵⁾ A expressão egípcia para esses contingentes estrangeiros era praticamente a mesma que se aplicava às tropas dos próprios exércitos antagonistas.

⁽⁶⁶⁾ Cf. G. RACHET, *Dizionario dell'antico Egitto*, tradução italiana do original francês (Paris, 1987) a cargo de B. de RACHEWILTZ, Roma, 1991, p. 140.

⁽⁶⁷⁾ Ainda que não haja absoluta certeza, seriam, aparentemente, de origem síria.

⁽⁶⁸⁾ Veja-se J. A. WILSON, *La Cultura Egípcia*, México, Buenos Aires, 1953, p. 273ss.

⁽⁶⁹⁾ A este respeito, cf. G. HUSSON e D. VALBELLE, *L'État et les Institutions en Égypte*, Paris, 1992, cap. IV/4. Ao longo da XX dinastia, tais cidades converteram-se, de tempos a tempos, em focos de instabilidade e desordem, sendo muito difícil, ao poder central, controlá-las eficazmente.

⁽⁷⁰⁾ Cf. P. GRANDET, *Le papyrus Harris I (BM 9999)*, p. 78, l. 10.

⁽⁷¹⁾ Sobre estes aspectos, veja-se Donald B. REDFORD, *The Wars in Syria and Palestine of Thutmose III*, Leiden, Boston, 2003, pp. 203-205.

⁽⁷²⁾ Cf. M. HEALY, *New Kingdom Egypt*, Londres, 1992, p. 24. Trata-se de uma pequena monografia dedicada à máquina militar egípcia durante a XVIII e XIX dinastias.

⁽⁷³⁾ Tradução de W. J. MURNANE, *The Road to Kadesh: A Historical Interpretation of the Battle Reliefs of King Sety I at Karnak*, 1990, pp. 12-13. O excerto aqui apresentado pertence a uma das «inscrições-legendas» que acompanham os numerosos baixos-relevos que preenchem a parede exterior norte da grande sala hipostila de Karnak. Para mais pormenores, C. VANDERSLEYEN, *L'Égypte et la vallée du Nil. T.2*, Paris, 1995, pp. 498-504.

⁽⁷⁴⁾ O que não era uma novidade, uma vez que já se atesta a prática de cercos de fortalezas inimigas em relevos que remontam, como atrás ficou dito, ao Império Antigo.

⁽⁷⁵⁾ Mais à frente desenvolveremos mais dados sobre este episódio e sobre Djehuti, o oficial superior que dirigiu a empresa da tomada de Joppa (Ipu).

⁽⁷⁶⁾ Cf. C. VANDERSLEYEN, *L'Égypte et la vallée du Nil. T. 2*, pp. 560-561.

⁽⁷⁷⁾ Não cabe nos nossos propósitos aqui explorar em detalhe a marinha egípcia durante o Império Novo, pelo que remetemos para A. R. SCHULMAN, *Military Rank, Title*, pp. 19-21, e para a monografia de T. SÄVE-SÖDERBERG, *The Navy of the Eighteenth Egyptian Dynasty*, Uppsala, 1946.

⁽⁷⁸⁾ Trata-se de um assunto que desenvolvemos na nossa tese de mestrado (*Guerra e Historiografia nas inscrições egípcias e assírias*, Lisboa, 2003, pp. 16-19). O melhor estudo sobre as fontes egípcias de cariz militar do Império Novo é, inegavelmente, o de Anthony J. SPALINGER, *Aspects of the Military Documents of the Ancient Egyptians*, New Haven/Londres, 1983 (cf. pp. 126-129).

⁽⁷⁹⁾ A. G. de BELER, *Les anciens Égyptiens. Guerriers et travailleurs*, p. 11.

⁽⁸⁰⁾ R. MORKOT, «Tjanuni», *op. cit.*, pp. 243-244. Consulte-se também P.-M. CHEVEREAU, *Prosographie des cadres militaires égyptiens du Nouvel Empire*, Antony, 1994, pp. 34-67.

⁽⁸¹⁾ Cf. C. LALOUETTE, *Thèbes, ou la naissance d'un Empire*, Paris, 1995, pp. 338-339.